

humanitas

Vol. LXIV
2012

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ALEXANDRE, R.; GUÉRIN, Ch.; JACOTOT, M., *Rubor et Pudor. Vivre et Penser la Honte dans la Rome Ancienne*, Paris, Éditions Rue d’Ulm, Études de Littérature Ancienne 19, 2012, 143 pp. ISBN: 978-2-7288-0465-8.

Este conjunto de trabalhos remete-nos para a inesgotável e sempre renovável área dos conceitos tipicamente romanos, tanto mais cativante, à partida, quanto nas últimas décadas se tem verificado, sobretudo nas sociedades ocidentais, um esforço de libertação em relação aos constrangimentos sociais e religiosos que poderiam provocar o estado anímico que o conceito em estudo implica. Aqui reside um problema metodológico crucial, na medida em que, conforme os editores deste volume sublinham na introdução (p. 9-10), um conceito antigo não pode ser estudado fora do seu contexto original, com base na aplicação automática do ponto de vista moderno, sob pena de se inquinarem irreversivelmente os resultados de todo o trabalho científico. Neste âmbito, o método seguido parece-me, de facto, o mais adequado, pois as sucessivas contribuições analisam o conceito específico de *pudor*, e suas variantes, dentro do quadro mais vasto da *temperantia*, uma das quatro virtudes cardeais romanas, de matriz ancestral, filosófica e retórica. Simultaneamente, os autores revelam uma aguda consciência do papel estrutural do paradigma na Roma antiga, onde todos os actos são ponderados em função de exemplos anteriores, e todos os actos são susceptíveis de se instituírem como exemplos para a posteridade; onde o máximo objectivo de vida é deixar aos vindouros uma imagem pessoal abonatória, e o principal factor de inibição é o medo da infâmia eterna.

Estes pressupostos gerais estão presentes ao longo das sete colaborações que compõem este volume, o que denota o esforço de coordenação e de coerência científica dos editores e dos autores. Jean-François Thomas, autor do primeiro trabalho, dedicado à fixação do campo lexical, começa por afirmar que, entre os Romanos, “ninguém existe senão através do olhar do outro” e que tal “provoca um forte impacto no interior de cada um”. Ainda na mesma página (13), Thomas adianta que o vocabulário que se propõe tratar “exprime contenção e consciência do bem”, inscrevendo claramente o conceito de ‘vergonha’ no âmbito da virtude cardeal da *temperantia*. “Inversamente, o homem *impudens* é”, segundo Florence Dupont (p. 33), “aquele que, incapaz de um sentimento de vergonha, é desprezado pela colectividade por causa da sua maneira de agir”. Esta autora abre assim uma sequência de três artigos que se debruçam sobre as valências do conceito de *pudor* em domínios muito específicos: 1) Florence Dupont, em particular,

atesta a influência desta “emoção ética” nas regras de conduta do orador, com base no *De Oratore* de Cícero; 2) de seguida, Sylvie Arnaud-Lesot parte do *De Medicina* de Celso para estabelecer o que pode provocar vergonha em médicos e pacientes; 3) por último, Annette Ruelle sistematiza as situações em que alguém pode, legalmente, expor outrem à vergonha em público. Não obstante a especificidade e a diversidade dos seus objectos de estudo, estes três trabalhos não se afastam dos princípios gerais que norteiam a colectânea. Por exemplo, Sylvie Arnaud-Lesot demonstra que, quando se verificam sinais exteriores de enfermidade, o doente sente vergonha devido ao entendimento generalizado de que a degradação do corpo é o resultado de uma conduta moral desregrada, isto é, desprovida de *temperantia* (p. 52-55). O julgamento colectivo é tão valorizado que, conforme exposto por Annette Ruelle, as formas de o manifestar publicamente, bem como as circunstâncias em que é e não é legítimo fazê-lo, acabam por ser consignadas na lei.

O artigo seguinte dá um passo em frente na análise do conceito de ‘vergonha’, passando para a evolução cronológica. A época considerada é o Principado, e a perspectiva é a das *uirtutes imperatoriae*. Quando li o título do artigo de Stéphane Benoist, “Honte au mauvais prince, ou la construction d’un discours en miroir”, devo confessar que as minhas expectativas se voltaram para um eventual estudo em que Domiciano poderia assumir algum relevo. Este imperador não só constitui um paradigma do *malus princeps*, como também encarna uma subversão da relação conceptual tradicionalmente estabelecida entre *rubor* e *pudor*, que de resto dá o título à colectânea. Em *Hist.* 4. 40, Tácito diz que, inicialmente, o visível embaraço de Domiciano era entendido como um sinal exterior de modéstia. Porém, à medida que o tempo foi passando, percebeu-se que, na verdade, Domiciano usava o rubor como uma espécie de armadura, envergada para impedir que o pudor tomasse conta de si (*rubor, quo se contra pudorem muniebat: Ag.* 45). Enfim, as minhas expectativas foram frustradas, tenho de admitir. No entanto, também admito que cada autor selecciona um *corpus* textual adequado aos objectivos e à extensão da sua colaboração. Em contrapartida, se me é permitido dizer, o artigo de Stéphane Benoist é o único que aborda a vertente especificamente feminina, e basilar, do conceito de *pudor*, sem a qual o volume ficaria francamente empobrecido. Os exemplos ancestrais de Lucrecia e de Virgínia, e outros que se instituem durante o próprio Principado, como o de Octávia, servem a este autor para concluir que “o *pudor*, que é próprio das mulheres, é igualmente o que protege o *princeps*

dos excessos que um poder ilimitado pode oferecer-lhe impunemente, transformando-o num monstro tirânico” (p. 98).

Os dois últimos artigos concentram-se na era cristã. Laetitia Ciccolini inscreve o *pudor* cristão na linha da *temperantia* clássica, ao afirmar que “na vergonha, os autores cristãos vêem também, tal como os pagãos, a contenção que permite evitar a falta” (p. 104). Na mesma senda, Jacques Elfassi defende que o julgamento divino não substitui simplesmente o julgamento colectivo, tão importante na época clássica, e conclui: “o julgamento divino, sendo totalmente inacessível ao homem, não pode deixar de ser concebido segundo os critérios da sociedade em que se vive” (p. 126). Sem prejuízo de apresentarem as inovadoras conotações do *pudor* em correlação com noções específicas como ‘pecado’, ‘penitência’ ou ‘conversão’, Ciccolini e Elfassi empenham-se em deixar clara a continuidade que é possível traçar entre o conceito cristão e o seu predecessor clássico, conforme ele é tratado anteriormente na colectânea.

Em conjunto, os sete trabalhos que compõem este volume fornecem uma límpida, transversal e muito bem estruturada análise do conceito de ‘vergonha’, partindo do campo lexical e passando pela evolução cronológica, do Principado à era cristã. De acordo com a promessa inicial dos editores (p. 7-8), o estudo é sistematicamente desenvolvido com base em muitas e variadas fontes, e não a partir de uma definição prévia e moderna do conceito. A colectânea cumpre assim o objectivo final do estudo de um conceito antigo: reunir fundamentos para, como os Romanos acreditavam, aprender com o passado e, por emulação ou por distanciamento crítico, legar exemplos positivos à posteridade.

CARLA SUSANA VIEIRA GONÇALVES

CASTRO, D. JOÃO DE, *A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605)*, Introdução e edição de João Carlos Gonçalves Serafim, supervisão científica de José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, co-edição CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (ISBN: 978-989-8351-10-4) e Edições Afrontamento (ISBN: 978-972-36-1186-1), 2011, 496 pp.

O Doutor João Carlos Gonçalves Serafim traz aqui a público, sob a forma de transcrição e edição diplomática, uma obra das mais representativas do